

O ESPAÇO, O PODER E O *ESPAÇO DE PODER*.

NO RASTO DO MUNICIPALISMO: PORTUGAL NOS FINAIS DO ANTIGO REGIME

Virgínia Aníbal Coelho

Entidade política cedo dotada de homogeneidade linguística e circunscrita numa mesma fronteira, Portugal apresentou desde o início características para ser uma 'sociedade nacional'. Em finais de Antigo Regime, porém, ainda não é coeso institucional nem juridicamente: o 'pessoal do Estado' não actua com eficácia, e o aparato legislativo não une o território, implementando uma 'cultura política comum'¹. Portugal não está apto para ser um Estado-Nação.

Durante o período anterior, no senhorialismo medieval, é compreensível que o vigente isolamento localista não somente impedisse o Estado de coordenar o espaço do país, como também dificultasse a penetração interactiva nas populações. Portanto, uma vez incapaz de obter os necessários réditos, o Estado não podia conseguir uma integração nacional.

A Época Moderna assiste a um gradual atenuar destas circunstâncias. A realidade com que o país se defronta, contudo, ao finalizar este período (a partir de meados de setecentos) é, ainda, a realidade de um *localismo municipal*, ou seja a afirmação do poder no espaço de cada unidade concelhia, a única capaz de interagir, extrair e, principalmente, coordenar as populações que lhe estão subordinadas.

As entidades geográficas e administrativas maximamente *coesas*, dotadas de poder infraestrutural de negociação (com instituições e

¹ John HALL, G. John IKENBERRY, 1989, *O Estado*, Lisboa, Ed. Estampa, pp. 12-14.
Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n.º 11, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 273-284

funcionários próprios) e, como tal, aptas para a acomodação das gentes/organização do território são, portanto, e ainda, os aglomerados populacionais de feição urbana dos nossos principais concelhos – nesse espaço se inclui a sede urbana e o seu *termo*, predominantemente rural².

A coesão nas Cidades e a 'colonização'/coesão dos campos (ou *Termos*); a importância da gestão autónoma da urbe; os oficiais camarários e as *posturas*, justiça, tributos e víveres; dinamismo urbano.

De facto o Estado centralizado não actua com coesão a nível nacional. Seguindo a sugestão de Fernand Braudel, apenas as 'cidades' conseguem agir de forma coesa: «As cidades da Europa estão sob o signo de uma liberdade inigualada. Desenvolveram-se como universos autónomos e segundo a sua própria inclinação; fintaram o Estado territorial, lento a constituir-se e que crescerá, em seguida, com o seu concurso interessado; este Estado não será, aliás, senão a sua cópia amplificada, muitas vezes desenxabida, do seu destino; [as cidades] dominaram de muito alto os seus campos, para elas, verdadeiros mundos coloniais 'avant la lettre' e tratados como tal»³. Braudel sublinha aqui a função da Cidade enquanto senhora e administradora dos campos que a cercam, fornecendo, desse modo, o modelo administrativo dos Estados-Nação em formação.

Liberdade da cidade, ausência de constrangimento, consubstanciados, principalmente, no privilégio de uma gestão autónoma. Desta autonomia nasce a capacidade que a urbe tem de discussão/diálogo com o poder central, àcerca das suas garantias tradicionais. E, pudémos verificar que frequentemente, prevalece a voz da urbe.

A urbe nomeia os seus governantes: embora com algumas limitações a montante, junto do Desembargo do Paço, uma minoria camarária (oriunda de um grupo muito restrito de *gente da governa-*

² Segundo as características dos poderes do Estado expostos por Michael MANN, [1986], em *The Sources of Social Power, a history of power from the beginning to A.D.1760*, 1994, Cambridge University Press. E, ainda, Linda WEISS e John M. HOBSON, *States and Economic Development, a Comparative Historical analysis*, 1995, Cambridge, Polity Press. E Charles TILLY, (1990), *Coerción, capital y los Estados europeos, 900-1990*, Madrid, 1992, Alianza editorial, pp. 57 e ss.

³ Fernand BRAUDEL, 1970, *Civilização material e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, Lisboa, ed.Cosmos, p. 430.

ção local – a sua gente nobre) deterá sempre a custódia do poder, (com cerca de 9000 habitantes, a urbe que observámos⁴ apresenta menos de 1%, apenas, de gente nobre local, e uma pressão ascendente de mobilidade social que a custo atinge os 2%⁵). O à-vontade com que elabora e aprova as suas «*Posturas* para o governo económico, político e civil», (o seu quadro regulamentar-legislativo-específico), através das quais exerce uma quase absoluta autoridade sobre os campos que a rodeia, constitui outra segura característica de autonomia.

Vale a pena pensar um pouco sobre as *posturas*. Já na transição para o sec.XIX, José de Abreu Bacelar Chichorro ao escrever a «Memoria economico-política da Provincia da Estremadura» (1795), critica-as: «a mayor parte d'essas Posturas, ou Leis economicas são feitas há mais de dois seculos; o tempo que tem passado sobre ellas, em que se alterarão os costumes, Agricultura, comercio e Artes era per si bastante a fazer estas, e sem.^{tes} Leys inaplicaveis ao estado presente; quando elas não estivessem, como estão, cheias de erros politicos, e economicos». Fala o político reformador: ele pode usar a ênfase e a caricatura social e, assim, melhor produzir o eco que pretende. O especialista do passado, porém, bem sabe que a análise cuidadosa de certos particularismos constitui uma preciosa fonte da intuição indutora à (com)participação no passado; transitará assim, para a síntese, do local para o global, do específico para o geral, do vivido para o que se vive (e que é logo futuro); possibilitando, desse modo, «o controlo reflexivo da acção (...), a revisão constante das práticas sociais à luz do conhecimento sobre essas práticas, (que) faz parte do próprio tecido das instituições modernas»⁶. A análise da interacção das oligarquias locais com os diversos estratos populacionais, pela aplicação de um código regulamentador do equilíbrio possível, torna-se um precioso auxiliar na *compreensão densa* da estruturação lógica profunda do tecido socio-institucional de Antigo Regime. De facto, como bem assinalou Albert Silbert, (ainda nos anos 60), «Assim, e em uma medida que de modo algum se deve desprezar, o lugar das Câmaras [o

⁴ Virgínia Aníbal COELHO, 1994, *Perfil de um poder concelhio – Santarém durante o reinado de D.José*, tese doutoramento, FCSH, UNL.

⁵ As percentagens que encontrámos não destoam das que Fernand BRAUDEL compilou, em *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, Paris, 1979, Armand Colin, II, 415-422.

⁶ Anthony GIDDENS, (1990), *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, 1992, Celta ed., p. 31.

concelho e suas posturas], na Administração local, parece até ao fim do Antigo Regime político, a contrapartida do absolutismo que, à cabeça, o caracteriza» (...) «nos escalões inferiores da administração, o absolutismo perde uma boa parte do seu sentido, visto que *não tem meios materiais de se exercer*»⁷. E quase no final: «O concelho dá-se assim o halo de representante da comunidade. Como o Estado, ele pretende ser, a um nível inferior, a expressão do interesse geral».

Sublinhemos que nos foi dado verificar, ao invés do que Bacelar Chichorro destacou, que as *posturas* iam sendo, *pari passu*, actualizadas pelas sucessivas vereações. Uma vez, totalmente refeitas, dando origem a um código escrito actualizado (como em 1748 e em 1820). Outras vezes, sendo anotadas, criteriosamente, à margem, (como em 1743, 1757, 1765...); tendo a vereação procedido, previamente, à discussão dessas alterações em sessão de Câmara, e deixando cada uma delas redigida em acta no respectivo Livro de Vereação, (o livro mais importante do Concelho), para que conste. São estas *posturas* e vereações que possibilitam ao Concelho a «criação de uma cultura política comum compartilhada por todos».

Feito este reparo, regressemos a esses espaços eminentemente rurais (nas nossas fontes 'as aldeias deste Concelho'), esses campos que configuram o *termo* da urbe – aliás, por vezes, materialmente delimitados, com seus marcos de pedra próprios – e que a ela se sujeitam, especialmente em troca do provimento dos serviços de justiça. Os campos, por sua vez, abastecem de víveres, essa 'anomalia do povoamento', a urbe; e com alguma frequência, os gestores concelhios deitam mão de 'fintas' e outras *extracções* sobre as Vintenas, as 'suas aldeias', a fim de solucionar as crises financeiras da urbe.

Tal como afirmou Braudel, o relacionamento da urbe com os seus campos é de 'colonização'. Na longa duração, tudo se passa como num mecanismo de retroacção: essa colonização fornece aos campos uma coesão identificadora com o centro e obriga o centro a preocupar-se, identificadamente, com o *termo*. Eis-nos perante mais um elemento de peso para a formação de uma «cultura política comum».

Ao abordarmos matérias sobre o relacionamento cidade-campo, tomamos em consideração que, se é verdade que a realidade rural representa a permanência, a estrutura, do próprio Antigo Regime, o mesmo não acontece, (bem pelo contrário), com a realidade urbana

⁷ Albert SILBERT, *Le Portugal méditerranéen à la fin de L'Ancien Régime*, pp. 133 e 1047. (Itálico meu).

que nele constitui o ocasional, a excepção. Atendendo a esta conjuntura de excepcionalidade, qual o consenso a que podemos, então, chegar sobre «núcleo de feição urbana»?

Pondo de parte, no momento, uma discussão teórica exaustiva sobre cidades e dinâmica urbana, vejamos a proposta da demografia, para se «começar por considerar como núcleo de feição urbana as aglomerações superiores a 250 fogos, dotadas de centralidade administrativa (isto é sedes de concelho)⁸».

Lembremos, a propósito, como agiu o autor das *Taboas Topográficas e Estatísticas, 1801*: «(...) extrahi o presente Resumo, reduzindo-o a Taboas abbreviadas nas quaes se comprehendem em Ordem alfabetica todas as Comarcas do Reyno, e em cada huma dellas tão-bem por Ordem Alfabetica as Terras do seu districto pela forma seguinte (...) /em cada Comarca/ as Terras de que se compoem, isto hé, aquellas em que há Câmara, e assento de Justiça, com os seus Termos respectivos, (...)»⁹.

Procedemos ao estudo dos dados constantes nesta fonte; comparámos a listagem – que é de 1804 – com casos seleccionados contidos nas *Memórias Paroquiais de 1758* e com os recenseamentos de 1801-1802¹⁰. Fazendo uso da aludida proposta de José Vicente Serrão e concatenando as fontes referidas¹¹, o que podemos observar, na segunda metade de setecentos/inícios do sec XIX?

⁸ José Vicente SERRÃO, 1996, em César OLIVEIRA, dir., *História dos Municípios e do Poder Local [Dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, p. 71.

⁹ [Manuel Travassos da Costa ARAÚJO, (1804)], em *Subsídios para a História da Estatística em Portugal*, Vol.II («Taboas Topograficas e Estatísticas, 1801»), Lisboa, 1948, Instituto Nacional de Estatística. (Itálico meu).

¹⁰ Arquivo Historico Parlamentar, caixas 100 a 110. E a tese de doutoramento de Fernando Alberto Pereira de SOUSA *A População Portuguesa no início do sec XIX*, dactilografada, tomo 2º, Porto 1979. E, do mesmo autor, *A população portuguesa em 1801*, em publicação.

¹¹ Vem a propósito recordar o que considera a *Conferência dos Estatísticos Europeus*, organismo especializado da ONU: «em cada concelho ou município uma ou várias aglomerações de população. A que compreende a câmara municipal é designada por *aglomeração sede do concelho* e a sua população denominada a *população aglomerada na sede de concelho*». Yves BERNARD e Jean-Claude COLLI, *Dicionário Económico e Financeiro*, (2 volumes), Tradução de Luís de Barros a partir da 5ª edição francesa [1994], Lisboa, Novembro de 1997 e Fevereiro de 1998, Pub. D. Quixote, Coordenação, Revisão Técnica e Adaptação a Portugal da Drª A.C. Carvalho, I, 32. (Itálico meu).

Por esta época, mais de metade das *terras* enumeradas (contei 862, neste número incluindo os aglomerados do *termo* de Lisboa) possuem no mínimo 250 fogos no seu núcleo urbano (mas apenas uma décima parte têm 500 – ou mais – fogos).

Penso residir, nos valores em torno dos 400/500 fogos de um pólo urbano/sede de concelho, a operacionalidade da análise que agregue a tensão urbana com a centralidade administrativa. Essa análise retratará uma realidade caracterizadamente ordenadora e estatista, quando nesses pólos exista, também, a actividade, e a supervisão, de um representante do Estado central. A isto voltarei daqui a pouco.

Poder concelhio, História e processo de identificação. O relacionamento do Espaço/País com o Poder/Centro: o *Espaço de Poder*. Detalhe sobre as comarcas.

Abandonados, portanto, os localismos pulverizadores do período medieval, estamos ainda, na alvorada do nosso tempo, na presença de um amplo Poder Local, o Poder Concelhio. Poder exercido através das Câmaras das nossas vilas e cidades, os nossos principais núcleos urbanos aptos a subordinar os campos em seu redor: eis aqui a única forma 'quase acabada' de poder político consumado anterior ao (já hoje tão discutido) Estado-Nação.

Tal Poder Local/Concelhio, reunia em si, como já dissémos, todos os ingredientes que devem estruturar o Poder: o controlo eficaz da esfera económica (as *posturas*), financeira (dispor das suas próprias rendas, bem como dos tão importantes sobejos das suas sisas – e das do *termo* – e do poder de 'fintar' os seus povos), jurídica (o poder de julgar todos os feitos em 1ª instância), política (as decisões da vereação nenhum magistrado régio pode alterar, antes as tem de fazer cumprir), militar (cabe-lhe a supervisão do recrutamento das ordenanças) e, até, o controlo da esfera assistencial e simbólica – pois as famílias que servem a edilidade são as mesmas que frequentam a Misericórdia funcionando, assim, em complementaridade, quanto aos diferentes cuidados devidos à existência humana. Portanto, um quase monopólio da lei e, no respeitante às instituições, a importante capacidade de usar de violência e de coerção¹².

¹² Jonh HALL, G. John IKENBERRY, o.c.

É desta sua *autonomia* que decorre o poder afrontar os seus 'superiores' (os grandes senhores donatários e o próprio rei...), a combatividade na consecução de prerrogativas, além do abuso impune sobre os seus 'súbditos' (as suas aldeias, as 'vintenas' do seu *termo*). De facto, o *termo* de um pólo urbano, (vila ou cidade, não importa), embora fosse, pelo Direito antigo, propriedade da Coroa, e não das Câmaras, veio a configurar-se, com o andar do tempo, não só como o espaço de maior afirmação da autoridade do centro municipal (a urbe), mas também como um importante ponto de fricção entre o Poder Local de uma câmara e os demais poderes. Isto é, o *termo* não se realiza, apenas, através da dominação do Espaço pela execução de *fronteiras* (limites); na verdade, essencialmente, o *termo* realiza «a duração no tempo, a história de uma relação com o centro urbano¹³».

A história do Poder Local/Concelhio é a história de uma relação entre centro e periferia a diversos níveis: Poder central do Estado/Centro urbano do Poder Concelhio/Poder das periferias rústicas do pólo, (centro), urbano. Sem esquecer que o núcleo urbano concelhio detem uma ampla margem de manobra.

Um pólo urbano «dotado de centralidade administrativa – (sede de concelho)» e o seu *termo* constituem, quanto a nós, o modelo de análise regional para um estudo consequente do *Espaço de poder* que alcance simultaneamente as *fronteiras* desse poder e a *transição* para outras afirmações de Poder. (Pois «traçar *fronteiras* é um acto eminente de Poder»¹⁴).

Olharíamos, como alternativa a *uma Urbe e seu Termo*, para tal estudo, para as *Comarcas*? Mas qual a eficácia do poder governativo comarcão? São os seus magistrados, Corregedores (e Provedores), oficiais, funcionários, perfeitos?

Não parece. Tais magistrados régios, emanados da administração central do Reino, visam fazer aplicar o direito erudito («Ordenações do Reino» e legislação similar), em áreas administrativas – as *Comarcas*, e Portugal conta por esta altura com umas quatro dezenas – demasiado extensas para as técnicas de comunicação da época (os «meios materiais» a que aludiu Albert Silbert). Mesmo que só se lhes atribua uma tarefa de supervisão civil e criminal (corregedores) e financeira

¹³ Paul BOIS e Pierre BOURDIEU, *O poder Simbólico*, Lisboa, 1989, Difel, p. 115.

¹⁴ Marcel RONCAYOLO, *Região*, em Enciclopédia Einaudi, Lisboa, 1986, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 134.

(provedores). O que pudémos verificar? Pois, que essa legislação, emanada do poder central é, na prática, anulada, esbarrando no frenetismo dos «notáveis» (a minoria da governação) locais, durante as vereações ... Esbarrando, para mais, na aplicação, costumeira, das *posturas* camarárias.

Ao nível local, o poder central do Estado é ainda muito ineficaz. Nem mesmo as correições, (por norma quatro por ano, porém, na prática, uma anual, no final de cada ano, pelo *termo*), se revelam eficazes, pois as populações não são inspeccionadas na sua vida quotidiana, antes são chamadas a certos lugares pre-definidos (e cito) 'onde os oficiais encarregues do acto já têm aposentadorias pagas à custa dos pobres moradores' e onde o magistrado régio e sua equipa 'ouvem' acerca dos abusos e dos incumprimentos... Confirmámos, portanto, a manutenção, ainda que em época tardia, do que consta nas *Ordenações Filipinas* sobre as tarefas dos vereadores e do seu *Livro de Vereação* onde «o que pella maior parte deles [juizes¹⁵ e homens bons que costumam andar no regimento'] for acordado façam logo screver». E, de imediato, começa assim o parágrafo 29: «As *posturas* e vereações que asi forem feitas, o Corregedor da Comarca não lhas poderá revogar, nem outro algum official ou Desembargador nosso, antes as façam cumprir e guardar¹⁶». Ou seja, constatámos que se mantém a preponderância camarária. Apesar das tentativas para unificar a legislação, observaremos, até bem tarde, como as decisões tomadas em reunião de vereação e as normas constantes das *posturas* das Câmaras são muito mais eficazes, no seu *Espaço* de domínio que a própria Lei Geral. Vejamos como se diz em acta da Câmara «os reis dividiram os *Termos* e estabeleceram as Câmaras estando neste Senado desta Vila a administração¹⁷». Na verdade, tudo se passa como se o *termo* de um concelho seja o *espaço regional* que a época tem inculcado no seu imaginário.

Escreveu Viterbo, a propósito de Lisboa, que por *termo* de uma cidade se entende o *limite* (fronteira) da jurisdição municipal; isto é, a

¹⁵ Estes juízes são de extracção local. As Ordenações não se referem aqui ao juízes de fora, nomeados pelo poder central e que são (e serão) sempre em número reduzido.

¹⁶ *Ordenações Filipinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, edição *fac-simile* do Código Philippino (...) por Candido Mendes de Almeida, Livro I, título 66. (Itálico meu).

¹⁷ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém, *Vereações*, 14/7/1760.

«Câmara podia ali ordenar, fazer e estatuir tudo quanto ordenasse, fizesse e estatuisse em Lisboa, tanto a respeito de contribuições como de quaisquer outros encargos concelhios»¹⁸. Se até em relação a Lisboa, a capital do país, Viterbo destaca, fundamentalmente, a função administrativa, perguntaríamos, seguindo Pierre Bourdieu¹⁹, haverá outro sentido para região?

Não é supérfluo recordar a indefinição característica da mentalidade de Antigo Regime, no que respeita à matéria espaço/região: «antes da Revolução francesa e da divulgação do seu ideário, falar, por exemplo da minha pátria ou do 'meu país', reportava-se em regra à terra de nascimento (ou seja à povoação ou ao concelho), quase nunca à província ou região²⁰». Ou seja, as pessoas tinham em mente, como unidade agregadora de origem, a terra de nascimento, a sua povoação (e, no máximo, o seu concelho); na mentalidade colectiva esse era o espaço de identificação possível. De facto, para a esmagadora maioria da população, viver era conhecer, apenas, uma légua ao redor do local de nascença. Como escreveu Giddens, nestas sociedades, «o espaço e o lugar coincidiam largamente, dado que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maior parte da população, e em muitos aspectos, dominadas pela 'presença' – por actividades localizadas²¹»

Não será questão para se pensar que, no caso português, esta indefinição assenta, essencialmente num exacerbado municipalismo, que coexiste com a posição geo estratégica do país e com a sua bem precoce homogeneidade linguística?

A análise da relação do espaço do país com o poder do centro (a administração central da monarquia) crescerá em eficácia, *se esse pólo urbano for cabeça de comarca?* De acordo com o que já vimos: com grandes limitações. Pelo que não é, de modo algum, a comarca, a unidade regional, por excelência de Antigo Regime (e com razões reforçadas, nem a Província, apesar de ser palavra – e noção? – usada pela cultura erudita). Assim, entendida na relação Espaço/Poder, a comarca é ainda uma realidade tão frágil que os factores de *coesão* encontrados

¹⁸ Eduardo Freire de OLIVEIRA, (1887), *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, I, p. 98, nota 5.

¹⁹ Pierre BOURDIEU, (1989), *O Poder Simbólico*, o. c., p. 110.

²⁰ Nuno Gonçalo MONTEIRO, em *História dos Municípios...*, o.c., p. 113.

²¹ Anthony GIDDENS, (1990), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, 1992, Celta Editora, p. 14.

para uma presumível *identidade regional* serão muito menores que os de pulverização. Tomando a comarca como unidade de análise, não se conseguirá um estudo do poder consequente, mas, e tão somente, o de um outro, o do poder desejado (mas não implementado) pelos reformadores. Estudo tal ajudará a compreender o perfil governativo dos governantes, mas de pouca utilidade será para entender o *perfil de um poder capazmente infraestruturado*. Esse perfil apenas se destacará estudando a «autoridade» de um município que aplica as suas determinações tomadas em vereação e as suas leis próprias, (*posturas*), nas suas próprias *fronteiras* (as *fronteiras* do seu *termo*). Recordemos, ainda, que vereações e *posturas* camarárias perdem toda a eficácia naqueles lugares da comarca em que ela não coincida, espacialmente, com o *termo* da urbe que a encabeça. Patenteia-se aqui um *espaço de transição*, um *espaço* de dúvida e de um ainda mais reduzido poder central: o poder dos magistrados régios da comarca haverá de debater-se com as vereações e as *posturas* (o aparato legislativo) concelhios de lugares já espacialmente incluídos nas *fronteiras* que configurem o *termo* de um outro pólo urbano e sua Câmara...

Uma dimensão nacional para a autarquia municipal quando nela exista juiz de fora?

Admitamos, por hipótese, que a eficácia do conhecimento da relação Espaço/Poder ganhe alguma dinâmica «nacional» desde que a urbe tenha juiz de fora. É o juiz de fora o único funcionário régio em condições de sintonizar com as questões locais: nomeado pelo poder central para esse mesmo espaço concelhio (sede urbana e *termo* respectivo), ele é o presidente das reuniões de vereação (embora somente exerça o seu voto em caso de empate na votação dos oficiais da vereação, todos eles de extracção local), a sua presença sendo, além do mais, indispensável quando das correições gerais pelo *termo*. Para alcançarmos esse conhecimento ter-nos-íamos que debruçar sobre **umas quatro dezenas de pólos urbanos** com mais de 400 fogos, e dotados de juiz de fora: tarefa cheia de minudências. Portugal apenas detinha, (uma), duas grandes cidades. Só pode apresentar-se tão atomisticamente, um país fortemente dotado (e antigo) de identidade.

Tenhamos, porém em consideração que nem mesmo este magistrado, o juiz de fora, alcança plena eficácia na aplicação da lei geral: o Concelho quando discorda, sempre invoca, e frequentemente, com

êxito, a autonomia das suas vereações e *posturas*. Estas *posturas* «significam o controlo da homogeneidade de condutas e qualidades proporcionadas pela sua aplicação. E esta homogeneidade é que facilita a identificação dos diferentes actores com os problemas que lhes são comuns, bem como uma mais fácil mobilização para viabilizar respostas e obtenção de recursos, vindos de outras regiões ou, então, do poder central²²»

Assistiu-se, durante o *Antigo Regime*, à lenta afirmação de Estados nacionais. Na Europa, as diversas sociedades e economias do capitalismo mercantil vão, gradualmente, configurando sistemas nacionais dotados de uma burocracia central governativa, crescentemente eficaz. Esses Estados tiveram um primeiro esboço feito a partir dos pluralismos localistas medievais. Em seguida, rumaram à centralização das monarquias absolutas e administrativas (sec.XVI e XVII) e, ou, aos despotismos esclarecidos dos finais do Antigo Regime²³. Concretizaram-se, por fim, recentemente, nas realidades de um só Poder coordenador de um Espaço bem definido, em que as questões de fronteira são essenciais.

Hoje, porém, assistimos a um tendencial esbater de fronteiras. As conjugações vão tomando o lugar das separações. Fortemente, no plano económico, questionando-se, no plano cultural: «a still more radical worldwide highly decentralized, highly egalitarian world order»²⁴.

Procurámos mostrar que, em Portugal, nos finais do Antigo Regime, durante os governos esclarecidos de D.José e D. Maria I, a unidade organizadora possível e necesssária à acomodação das gentes, entendida no seu máximo espectro territorial para que garanta a eficácia dos poderes infraestruturais do Estado, *é ainda* o núcleo urbano concelhio e sua *fronteira* de governação.

Em Portugal a «reivindicação regionalista» nunca foi implementada (e não colhe, ainda agora, consenso). Pierre Bourdieu escreveu que essa reivindicação (é) «uma resposta à estigmatização que produz

²² Brandão ALVES, ao Semanário «Expresso», em 25/10/97.

²³ René RÉMOND, (1974, 1989) *Introdução à História do nosso tempo, do Antigo Regime aos nossos dias*, trad. portuguesa, Lisboa, Gradiva, 1994, p. 59-67.

²⁴ Immanuel WALLERSTEIN, 1995, *Historical Capitalism 'with' Capitalist Civilization*, Verso, London.New York., p. 163.

o território de que, aparentemente, ela é produto, E, de facto, se a região não existisse, como 'província' definida pela distância económica e social (e não geográfica) em relação ao 'centro', quer dizer pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência.»²⁵

Em Portugal, nenhuma burocracia emanada do poder central alcançou a eficácia total ambicionada pelos governantes para as localidades, eficácia que os seus oficiais (corregedores, provedores e, até mesmo, juízes de fora) tentaram, esforçadamente, implementar. Não se confrontavam, (nem sofriam), então, os portugueses, nos seus ter-
runhos, com a existência (traumatizante) de um só centro, de uma capital, definidores dessa distância económica e social de que fala Bourdieu?

Se não existiu, em Portugal, a estigmatização produzida pela confrontação centro-regiões, poderemos admitir ter isso ampla conexão com antigas tradições municipalistas?

E os Municípios legitimando o carácter ordenador dos núcleos urbanos concelhios, ajudarão, ao mesmo tempo, a explicar as dificuldades de consecução do moderno Estado territorial, o Estado-Nação?

²⁵ Pierre BOURDIEU, *O Poder...*, o.c., p. 126.